



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Lista de verificação

REAJUSTE DE CONTRATO

S	N	EP	NA
Sim	Não	Em parte	Não se aplica

SOLICITAÇÃO DE REAJUSTE	S/N/ EP ou NA	SEI Nº
1. O código de assunto do processo foi preenchido corretamente? Ou seja, de acordo com o objeto do contrato?		
2. Há algum processo em trâmite solicitando Aditivo ou Apostilamento ao contrato? Se sim, relacionar o(s) processo(s) ao processo em epígrafe.		
3. Constam no processo:		
a) Documento do Gestor do Contrato solicitando reajuste?		
b) Cópia do Contrato?		
c) Cópia dos aditivos anteriores se houver?		
d) Cópia dos apostilamentos anteriores, se houver?		
e) Comprovante de publicação do Contrato no PNCP (Lei nº 14.133/2021, art. 94)?		
f) Comprovante de publicação dos aditivos anteriores no PNCP, se houver (Lei nº 14.133/2021, art. 94)?		
g) Cópia do SICAF regular do fornecedor?		
h) Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) do fornecedor (Lei nº 14.133/2021, art. 91, § 4º)?		
i) Consulta ao CEIS regular do fornecedor?		
j) Consulta ao TCU em situação regular do fornecedor?		
k) Consulta ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI do Governo Federal? (Lei nº 10.522/2002, art. 6º, III) Obs.: A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam desembolso, a qualquer título, de recursos públicos, e respectivos aditamentos (Lei nº 10.522/2002, art. 6º-A).		
l) Cópia da última Nota de Empenho?		
m) Cópia da Portaria de Designação da Equipe de Fiscalização do Contrato/ARP?		
4. O contrato possui cláusula regularizando o direito da contratada ao reajuste (Lei nº 14.133/2021, art. 92, § 3º)?		
4.1. A referida cláusula disciplina a necessidade de observar o interregno mínimo de um ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado ou do último reajuste, para a concessão do reajuste pleiteado (Lei nº 14.133/2021, art. 92, § 3º e § 4º, I)?		
4.2. Considerando a resposta ao item anterior, foi observado o prazo definido?		
5. O reajuste foi solicitado durante a vigência do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 131, parágrafo único)?		
6. No caso de primeiro reajuste ao contrato, foram anexados ao processo:		
a) Cópia do documento "PROPLAD001 Termo de Responsabilidade sobre Pesquisa de Preço" ou "PROPLAD002 Termo de Responsabilidade - Justificativa de Preço e Escolha do Fornecedor", conforme o caso, para a verificação da data limite		

para a apresentação da proposta (Art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021)?		
b) Cópia da proposta apresentada pela empresa quando do procedimento de licitação?		
7. Consta comprovante de que os índices utilizados para cálculo do reajuste estão de acordo com os previstos no contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 92, § 3º)?		
7.1. Caso o contrato preveja o índice a ser utilizado no reajuste, o índice adotado está de acordo com o previsto no contrato?		
7.2. Caso o contrato não preveja o índice a ser utilizado no reajuste, o índice adotado atende a um dos requisitos abaixo, em ordem de prioridade, conforme orientação constante no item III da CONCLUSÃO DEPCONSU/PGF/AGU Nº 38/2013: a) Índice setorial; b) Índice geral de preços mais bem correlacionado com os custos do objeto contratual; c) Índice geral de adoção consagrada para o objeto contratado; d) Índice IPCA/IBGE.		
7.3. Consta no processo justificativa técnica da escolha do índice?		
8. No caso de contratos de obras:		
a) Constam os documentos que comprovam os valores medidos, para justificar o valor remanescente sobre o qual incidirá o reajuste?		
b) Consta cronograma físico-financeiro da obra?		
c) Consta informação se a atual fase de execução da obra corresponde ao disposto no cronograma de execução?		
d) Consta informação do Gestor do Contrato se houve atraso decorrente de culpa da contratada?		
9. Consta Quadro Resumo, elaborado pelo Gestor do Contrato, que evidencie o valor do reajuste e a modificação no valor global do contrato?		
10. Consta extrato com as mutações sofridas pelo contrato (acréscimos, supressões, reajustes e repactuações anteriores) para demonstrar o valor global atualizado?		
11. Consta informação do Gestor do Contrato quanto à existência de saldo de empenho inscrito em Restos a Pagar para fazer face ao retroativo do reajuste, referente ao exercício anterior, se for o caso?		
12. Consta no processo informação de que será providenciada a atualização do valor da garantia em decorrência da alteração do valor do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 98, parágrafo único)?		
13. Consta Matriz/Mapa de Riscos atualizado, elaborado no Sistema de Gestão de Riscos, referente à fase de gestão do contrato, assinado pelos servidores responsáveis pela fiscalização (Lei nº 14.133/2021, art. 169; IN SEGES/MP nº 05/2017, art. 26, § 1º, IV)?		
14. Constam no Ofício a ser enviado para a Assessoria de Legislação as seguintes informações:		
a) Indicação do número do Termo de Apostilamento que será formalizado		
b) Indicação do índice e período utilizados para cálculo do reajuste		
c) Data base para os efeitos financeiros do reajuste		
d) Quadro Resumo que evidencie o valor do reajuste e a modificação no valor global do contrato		
e) Quadro com os valores reajustados de cada item do objeto contratual		
15. Consta informação sobre a disponibilidade de recursos orçamentários para fazer face ao reajuste?		